

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202007/0369

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direcção

Estado: Activa

Nível Orgânico: Outros

Organismo: Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Câmara Municipal da Maia

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direcção Intermédia de 2º grau

Área de Actuação: Divisão Técnica

Remuneração: 2621,68

Suplemento Mensal: 195.37 EUR

Conteúdo Funcional:

O constante no artigo 15º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na actual redacção, bem como a prossecução das competências, para a Divisão Técnica, previstas no artigo 22º da Macroestrutura Organizacional dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Câmara Municipal da Maia, publicada no Diário da República nº 22, II Série, de 31 de janeiro de 2013 e Mapa de Pessoal vigente, disponíveis na página da internet dos Serviços Municipalizados da Maia, em <http://www.smeas-maia.pt/default.aspx?id=9&ids=8>.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: Licenciatura

Trabalhador em funções públicas contratado ou designado por tempo indeterminado, licenciado, dotado de competências técnicas e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo que reúna quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na actual redacção, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na actual redacção.

Perfil:

Preferencialmente com experiência comprovada no desempenho de funções dirigentes na área de atuação em apreço. Competências: orientação para os resultados; planeamento e organização; liderança e gestão das pessoas; otimização de recursos; decisão; desenvolvimento e motivação dos colaboradores; orientação para a inovação e mudança; tolerância à pressão e contrariedades; visão estratégica.

Avaliação Curricular (40%) e Entrevista Pública (60%)

Avaliação Curricular: visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos às exigências do cargo, com base na análise do respetivo currículo e respetivos documentos comprovativos.

O resultado da avaliação curricular resultará da ponderação da forma seguinte:

Habilitação Académica (20%);

Formação Profissional (20%);

Experiência Profissional (60%).

Habilitação Académica (HA): onde se pondera a titularidade de grau académico.

Apenas será considerada a habilitação que corresponda a grau académico ou seja a este equiparado, com avaliação nos seguintes termos:

Licenciatura ou Licenciatura com Mestrado Integrado - 16,00 valores;

Mestrado - 18,00 valores;

Doutoramento - 20,00 valores.

Formação Profissional (FP): onde se pondera as ações de formação, bem como a participação em congressos, seminários, colóquios, conferências, pós-graduações e palestras e outras ações de aperfeiçoamento profissional adequadas às funções a exercer (diretamente relacionadas com a área funcional do cargo a prover). As mesmas apenas são consideradas quando comprovadas através de cópia de respetivo certificado. Apenas são consideradas ações/presenças comprovadas por certificado ou diplomas que indiquem expressamente o número de horas ou de dias de duração da ação. Sempre que o respetivo certificado não conste o número de duração da formação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a sete horas e cada semana a cinco dias. A avaliação da formação profissional será nos seguintes termos:

0 a 50 horas formação - 4,00 valores;

51 a 100 horas de formação - 8,00 valores;

101 a 150 horas de formação - 12,00 valores;

151 a 200 horas de formação - 16,00 valores;

mais de 200 horas de formação - 20,00 valores.

Experiência Profissional (EP): onde se pondera o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e o conteúdo funcional do cargo a prover. Será ponderado o desempenho de funções na área e em cargo de direção, devidamente comprovado, da seguinte forma:

Experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura:

Entre 4 e 6 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as

quais seja exigível a posse de licenciatura (outras áreas) - 10,00 valores;

Mais de 6 e até 10 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras

para as quais seja exigível a posse de licenciatura (outras áreas) - 11,00 valores;

Mais de 10 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as

quais seja exigível a posse de licenciatura (outras áreas) - 12,00 valores;

Até 4 anos de experiência profissional em cargo de direção (outras áreas) -

13,00 valores;

Mais de 4 e até 6 anos de experiência profissional em cargo de direção (outras

áreas) - 14,00 valores;

Mais de 6 e até 10 anos de experiência profissional em cargo de direção (outras

áreas) - 15,00 valores;

Mais de 10 anos de experiência profissional em cargo de direção (outras áreas)

e/ou entre 4 e 6 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras

para as quais seja exigível a posse de licenciatura (na área) - 16,00 valores;

Até 4 anos de experiência profissional em cargo de direção (na área) e/ou entre

6 e 10 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as quais

seja exigível a posse de licenciatura (na área) - 17,00 valores;

Entre 4 e 6 anos de experiência profissional em cargo de direção (na área) e/ou

mais de 10 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as

quais seja exigível a posse de licenciatura (na área) - 18,00 valores;

Entre 6 e 10 anos de experiência profissional em cargo de direção (na área) -

19,00 valores;

Mais de 10 anos de experiência profissional em cargo de direção (na área) -

20,00 valores.

Entrevista Profissional: Visa avaliar, através de uma relação interpessoal, de

forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos

comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o

entrevistador e o entrevistado, observando as exigências e responsabilidades do

cargo a prover, bem como as atribuições, competências e perfil pretendido, de

acordo com os seguintes parâmetros de avaliação: orientação para os

resultados, planeamento e organização, liderança e gestão das pessoas,

otimização de recursos, decisão, desenvolvimento e motivação dos

colaboradores, orientação para a inovação e mudança, tolerância à pressão e

contrariedades, visão estratégica. Será classificada de 0 a 20 valores e a

avaliação resultará da média aritmética simples dos parâmetros considerados.

Serão excluídos os candidatos que não comparecerem à entrevista pública.

Aquando da realização da entrevista pública, é obrigatória a exibição do respetivo cartão de cidadão.

Métodos de Seleção a Utilizar:

Composição do Júri:

Presidente:
Eng.º Albertino Abílio Moutinho da Silva, Diretor-Delegado dos Serviços Municipalizados da Maia;

Vogais efetivos:
Dra. Anabela Pinto Araújo, Chefe da Divisão de Recursos Humanos dos Serviços Municipalizados da Maia;

Eng.º Vítor Manuel Vilarinho Ascensão, Diretor do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade da Câmara Municipal da Maia.

Vogais suplentes:
Dra. Isabel Cristina da Silva Santos, Chefe da Divisão Administrativa;
Dr.ª Isabel Maria Campos Ferreira Patacão, Chefe da Divisão Económica e Financeira, ambas dos Serviços Municipalizados da Maia.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Câmara Municipal da Maia	1	Rua Carlos Felgueiras, Apartado 1010		4425122 MAIA	Porto	Maia

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: B - Os constantes no artigo 12º da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) nº 10561/2020, II série do DR e jornal "Publico", de 16/07

Apresentação de Candidaturas

Local:

Formalização da Candidatura: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Câmara Municipal da Maia, Divisão de Recursos Humanos, Rua Dr. Carlos Felgueiras, Ap. 1010, código postal 4471- 909 Maia, remetidas por correio, registado com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado (10 dias úteis a partir da data da publicação na bolsa de emprego público), com a indicação e prova do perfil e requisitos formais, devendo ser remetidas com o projeto que pretende desenvolver para a unidade orgânica e com a documentação seguinte, sob pena de exclusão:

- a) Dados atualizados do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e NIF;
- b) Curriculum vitae, datado e assinado;
- c) Certificado de Habilitações Literárias;
- d) Declaração atualizada comprovativa do serviço em que o candidato se encontre a exercer funções públicas, em que conste a natureza da relação jurídica de emprego público, a carreira/categoria em que se encontra inserido, posição remuneratória que detém à presente data, atividade que executa e órgão ou serviço onde exerce funções, as menções de desempenho obtidas nos últimos três anos, descrição do posto de trabalho que atualmente ocupa, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e, se for o caso, mencionar o tempo de serviço prestado em cargos dirigentes;
- e) Certificados de formação profissional, apenas serão considerados os cursos e ações de formações frequentados adequadas às funções a exercer e devidamente comprovadas.

Não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico, nem entregues pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos dos Serviços Municipalizados da Maia.

A candidatura, com a referida documentação, deve fazer identificação expressa do procedimento concursal, através do código de oferta na Bolsa de Emprego Público, em que o procedimento foi publicitado, não sendo consideradas as candidaturas que não identifiquem o respetivo procedimento.

Os candidatos que exerçam funções nos Serviços Municipalizados da Maia estão dispensados de apresentar os documentos referidos nas alíneas c), d) e e) desde que os mesmos constem no processo individual.

O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado determina a sua exclusão. A prestação de falsas declarações, dados ou informação, implica a exclusão do procedimento.

Em cumprimento da al. h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Contacto: 229430832

Data de Publicação 2020-07-15

Data Limite: 2020-07-29

Observações Gerais: O procedimento concursal é urgente, não havendo lugar a audiência dos interessados nem efeitos suspensivos de recurso administrativo do despacho de designação, ou de outro ato praticado no decurso do procedimento.

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		